“Sabemos que não vamos cumprir os objetivos de descarbonização se não for um desígnio coletivo do país”

8 de Junho, 2022

A transição energética exige “aceleração” e, se dúvidas houvessem, a guerra na Ucrânia, veio tornar real a necessidade de desenvolver políticas de forma rápida para fazer face à dependência, ao aquecimento global e às alterações climáticas: “É um contexto que vem acelerar as políticas de transição energética que, neste momento, significam mais segurança e mais competitividade para o nosso país”, declara Duarte Cordeiro. O ministro do Ambiente e da Ação Climática falou, na manhã desta terça-feira, 8 de junho, na Portugal Energy Conference, um evento dedicado à transição energética e à mobilidade sustentável.

Para o dirigente, não restam dúvidas do empenho de Portugal na transição energética, seja pelo “enquadramento daquilo que são os novos mercados e modelos energéticos inovadora na legislação”, seja pela “procura em desenvolver planos e estratégias que visam impulsionar este novo paradigma energético”, considerando como “bons exemplos”, o Plano Nacional de Energia e Clima (PNEC) ou a Estratégia Nacional para o Hidrogénio (EN-H2): “Estamos alinhados com aquilo que é a neutralidade carbónica e o compromisso”.

Falando dos efeitos das energias renováveis, Duarte Cordeiro lembrou que (os mesmos) não se restringem à dimensão ambiental e energética: “A transição energética é central para o crescimento económico porque a subida do investimento proporciona a criação de mais e melhor emprego e o facto de ser justa que inclui as pessoas e a dimensão social é determinante para aceitação das políticas e da aceleração que vamos desenvolver”. Para além disso, o ministro destaca a “fileira industrial e de serviços ligada à produção de equipamentos” em função da aposta que o país tem feito neste domínio: “Vai crescer nos próximos anos sempre com a perspectiva que vamos conseguir fazer evoluir estes setor e acompanhar as metas da descarbonização”.

No tema da transição energética existe ainda um conjunto de projetos estruturantes que Portugal está verdadeiramente empenhado, como por exemplo, o leilão da produção energética eólica offshore que está a ser preparado: “É um processo complexo, exigente e ambicioso e o nosso propósito é fazer um leilão com uma dimensão inédita tentando ultrapassar alguns valores de 6 a 8 GW”. Apesar de ser reconhecido que o caminho para a neutralidade é um “caminho progressivo de eletrificação da economia e da sociedade”, Duarte Cordeiro lembra as “acrescidas necessidades energéticas” que superam as existentes: “É um caminho de substituição mas, também, de acréscimo de capacidade de energia e, isso, significa que temos a necessidade de ampliar a nossa ambição e o eólico offshore pode ter um papel significativo”, afina. A título de exemplo, o chefe da pasta do Ambiente acredita que Sines é um “projeto estruturante” para Portugal, posicionando o país como um “ator relevante” na área do hidrogénio à escala europeia e internacional: “Se

queremos acelerar a transição energética e descarbonizar a economia, temos de apostar na produção e incorporação de volumes crescentes de gases renováveis como o hidrogénio verde, bem como promover a substituição de combustíveis fósseis de forma mais intensa”.

Destacando outros investimentos previstos para o curto e médio prazo, Duarte Cordeiro lembrou que Portugal terá, nos próximos cinco anos, 715 milhões de euros destinados à descarbonização. E fazendo referência à atual crise energética, intensificada pelo contexto de guerra, o ministro do Ambiente assegura que o papel do Governo tem sido de “mitigação e de intervenção”, no sentido de atenuar todas implicações, nomeadamente, ao nível dos preços dos combustíveis: “Não há facilidades neste caminho e temos consciência que a guerra na Ucrânia vem intensificar um conjunto de problemas e implicações”.

Enquanto representante da pasta do Ambiente e da Ação Climática, Duarte Cordeiro reforça que o objetivo, do ponto de vista da transição, é, precisamente “acelerar todos os processos que nos permitam garantir que no final deste mandato temos avanços significativos no processo de descarbonização”, alertando, contudo, que “sabemos que não vamos cumprir estes objetivos se isto não for um desígnio coletivo do país”. Portanto: “Queremos percorrer um caminho num mandato que seja de concretização e de ação e que não encaremos a guerra (ou outras crises) como uma oportunidade retroceder”. Acresce que “as condições e os recursos naturais que Portugal detém” devem ser “propícios” para a “nova geração de economia e energia verde: temos de aproveitar, olhar em frente e fazer um caminho sem deixar ninguém para trás”, remata.